ARTIGO

TIRANIA E FLUIDEZ DA ETIQUETA NAS MINAS SETECENTISTAS**IRIS KANTOR*****Escola de Sociologia e Política de São Paulo**

“Por debaixo do brilho roncava uma insatisfação medonha. (...) A festa de todos era o sempre cozido colonial de música, teatro e religião. As procissões melodramáticas desciam as abas das cochilhas pisando chão empedrado pela escravaria, mexendo no movimento ritmado dos seus imperadores e imperatrizes, símbolos, alegorias, bulha de tios, e fogos de artifício menos miríficos as vezes que a dramaticidade física das imagens. (...)Passeavam, rezavam, mapiavam, nem se imaginando decadentes ali.”

Mário de Andrade

Este trabalho procura problematizar a adaptação e os conflitos gerados em torno dos códigos de etiqueta nas cerimônias públicas realizadas em Vila Rica ao longo do século XVIII.

Incrustada entre os leitos dos rios e as encostas das montanhas, a sociedade do ouro foi definindo sob a aparente fluidez social uma ordenação mais formal sem conseguir, no entanto, dissimular a ebulição social. Assim a descreveu Sérgio Buarque de Holanda: “O que de tudo ressalta é a estrutura movediça que se desmancha em partes, e se recompõe continuamente ao sabor de contingências imprevisíveis”¹.

Perseguindo a história do fenômeno da etiqueta na vida colonial encontrei as primeira pistas no capítulo “Metais e Pedras Preciosas”, publicado na História

* Mestranda em história - USP.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo I, vol. 2, São Paulo: Difel, pp. 259-310.

Geral da Civilização Brasileira. Ali, são descritos os atropelos de um governador que tomou a dianteira do bispo na procissão, violando as regras mais comezinhas de precedência. Essas violações ocorriam com frequência e geraram uma documentação que nos permite explorar a prática da representação pública nas cidades coloniais.

Este trabalho compõe-se de três recortes, que exponho a seguir:

1- Breve caracterização geral das festas no Antigo Regime, onde procuro pensá-las como acontecimentos constituintes do processo de consolidação dos Estados Monárquicos europeus. Neste caso destaco as peculiaridades do modelo português e colonial.

2- Em um segundo momento, faço algumas considerações relativas aos padrões de mobilidade social na sociedade mineira que a distinguem de uma estrutura social típica do Antigo Regime. A presença de segmentos nativos nos postos públicos evidenciam certas ambigüidades constitutivas da sociedade escravista, apontando para a reflexão sobre a prática social das leis e dos costumes.

3- E, por fim, utilizo alguns documentos que revelam tensões sociais crônicas presentes no cotidiano e que se exprimiram nas desavenças constantes em torno das regras de etiqueta nas festas públicas na Vila Rica setecentista.

* * *

Na transição do período medieval para a época moderna, as festas públicas ganharam um novo significado político, passando a ser instrumento de legitimação das monarquias nacionais. Segundo Burckhardt, a partir do Renascimento a festa pública perdeu a característica exclusivamente eclesiástica². As apresentações dos mistérios e dramas bíblicos cederam lugar aos desfiles de figuras mascaradas e alegorias mitológicas, compondo um espetáculo onde predominava o virtuosismo cênico. Na Itália renascentista desenvolveu-se uma verdadeira ciência da produção do evento festivo. Importantes artistas, como Brunelleschi, Serlio e Leonardo da Vinci, dedicaram-se ao trabalho de ornamentação das festividades.

² BURCKHARDT, Jacob. *A Civilização do Renascimento na Itália*. Brasília: UNB, 1991. pp. 245-259.

As festas públicas na Europa recuperaram antigas tradições romanas dos cortejos e entradas triunfais de imperadores e generais vitoriosos. Secularizando os motivos, elas contribuíram para a consolidação do processo de centralização monárquica, pois reiteravam simbolicamente o contrato político implícito entre o rei e as cidades governadas³. Tornaram-se um meio de promover o reconhecimento da soberania real, ancorando no imaginário coletivo a associação entre o corpo físico e natural do rei e o corpo político e social do reino. Essa natureza pedagógica fazia da festa barroca um evento eminentemente teatral. Cada movimento, composição de vestuário, posição espacial, fazia parte de um código rígido de representação dos papéis sociais. As festas barrocas davam visibilidade às distinções hierárquicas presentes na sociedade de corte, marcando os distanciamentos entre os diversos segmentos sociais. Elas encenavam a ordem hierárquica do mundo social como uma ordem natural e universal, faziam com que todo o cosmo participasse do drama metafísico dos seres humanos. Criavam uma atmosfera de “ensueño” em que ficção e realidade, vida e sonho se confundiam. Através das alegorias e figurações plásticas apresentavam os mistérios e os arcanos da sabedoria celeste. Tratava-se de um grande espetáculo coletivo onde não havia lugar para o indivíduo, “a pessoa era sacrificada ao estado ou à classe, a alma à convenção, o individual ao típico”⁴. Cega às individualidades, a etiqueta é antes uma forma de controle e de regulação da estrutura social.

É curioso observar que as festas monárquicas constituíram uma experiência cênica inédita na tradição ocidental. Elas propiciaram o estabelecimento da “ilusão teatral”⁵. Ou seja, as atividades festivas, muitas vezes, confundiam-se com o teatro. A civilização barroca é teatral, uma época de tipos que se estandartizam, no vestuário, nos gestos e até na linguagem⁶. Mas, ao contrário da “Commedia dell’Arte”, em que prevalecia a capacidade de improvisação dos personagens, a festa barroca era conduzida com o máximo de previsibilidade. Como o teatro, as festas possuíam um ritmo de *perpetuum mobile*, marcado pelo movimento frenético e sucessivo das cenas, “um balé ilusionista” como definiu Otto Maria Carpeaux⁷. Carpeaux descreve a atmosfera teatral da corte: “Cada entrada do rei, cada festa, do coroamento ao enterro, é uma representação solene. A corte é um balé ao redor do rei, e os movimentos desse balé são regulados pelas leis da etiqueta espanhola. Esta etiqueta é a muralha impermeável, pela qual o rei está separado de todos os outros homens. O rei barroco está colocado numa cena que é o ‘teatro

³ REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990. p.109

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.221.

⁵ FRANCASTEL, Pierre. *A Realidade Figurativa*. São Paulo: Perspectiva, pp.216-249.

⁶ FRANÇA, Eduardo de Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, FFLCH-USP, 1951. pp.38-43.

⁷ CARPEAUX, Otto Maria. “O Estado Barroco”. *Estudos Avançados*. 4/10, 1991. p.7-36.

mundi’, o ‘gran teatro del mundo’: o mundo gira em torno dele”⁸. A posição do rei, no centro da ação dramática, definia as hierarquias sociais, consagrando o pacto simbólico da realeza. A etiqueta dava os paradigmas da boa convivência na sociedade estamental, garantindo a ordem. Os menores gestos, as medidas, as distâncias, o ter ou não chapéu na cabeça, o sair de frente para o rei, as palavras, o tom com que elas deviam ser pronunciadas. Enfim a etiqueta barroca distribuía hierarquias

No caso ibérico e, mais especificamente, no português, não é possível afirmar que a festa pública tenha secularizado os seus motivos. Pelo contrário, o que se observa é a intensificação dos traços religiosos. A política do Padroado Régio e o projeto da reforma tridentina da Igreja Católica transformaram as festas públicas em eventos de popularização do catolicismo moderno, meio de difundir os sacramentos e o culto aos santos. Pode se dizer que nas festas públicas realizadas sob a iniciativa real a dimensão religiosa e o aspecto temporal se interpenetravam. Affonso Ávila⁹ sugere que a festa barroca na península ibérica concretizava o ideal de Estado Cristão, fusão dialética do temporal e do espiritual, onde a aliança entre o Estado e a Igreja era integrada em um rito piedoso e formal.

O relato da festa do Triunfo Eucharístico (ocorrida em 1733) fornece um exemplo desse procedimento ideológico: diz o autor que a publicação do panegírico confirma a missão histórica portuguesa, que consistia em “dilatar a Fé entre as gentes barbaras e remotas de todo mundo”¹⁰. Nada mais justo que em Vila Rica, em pleno “século da redenção”, fosse levantada a bandeira da “Cristandade Lusitana”, transformando suas ruas em um “Theatro da Religião”.

As festas portuguesas da época moderna caracterizavam-se por um padrão lúdico da experiência religiosa que se exprimia no primado dos sentidos e nas atitudes de exteriorização da fé. Foram estes os elementos que melhor se aclimataram à sociedade colonial, onde, por força da colonização, desaguiariam tradições culturais (africanas e indígenas) que reforçaram o aspecto lúdico da vivência religiosa. Taunay observou o desconcertante arranjo entre o paganismo e o catolicismo escrevendo: “tudo isto formava a mais heterogênea e estrambótica associação...”¹¹.

⁸ *Idem, ibidem.*

⁹ ÁVILA, Affonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967. p.14.

¹⁰ ÁVILA, Affonso. *Op. Cit.* p.159.

¹¹ TAUNAY, Affonso. “Aspectos da Vida Setecentista Brasileira...” In: *Annaes do Museu Paulista*. Tomo 1, São Paulo, 1922. p..343.

A historiografia sobre Minas enfatiza o aspecto fluido da sociedade nos primeiros tempos de desbravamento. Nas Minas haveria ainda maiores possibilidades de mobilidade social, do que resultaria uma formação social onde o valor pecuniário era um critério modificador da estrutura social herdada da metrópole. Lá prevaleciam os critérios discriminadores da “pureza de sangue”. O problema da tolerância com os indivíduos de cor nos cargos públicos foi um foco de atenção entre os conselheiros ultramarinos. Em 1725, D. João V proíbe os mulatos de serem eleitos vereadores e juizes ordinários e ordena que todos os candidatos a cargos deveriam ser brancos e casados com mulheres brancas¹². Um documento compilado por Lima Júnior refere se à questão nos seguintes termos:

“Ponderando o Conselho que, achando-se hoje, as vilas da Capitania das Minas Gerais, tão numerosas como se acham, e que sendo uma grande parte das famílias de seus moradores de limpo nascimento, era justo que somente as pessoas que tivessem essa qualidade fossem eleitas, para servir de vereadores e andar no governo. (...) porque se a falta de pessoas capazes fez a princípio necessária a tolerância de admitir os mulatos ao exercício daqueles ofícios, hoje, que tem cessado esta razão, se faz indecoroso que eles sejam ocupados por pessoas em que haja semelhante defeito”¹³

O historiador Russel Wood também destaca que estas proibições não levavam em conta a escassez crônica de candidatos para os cargos na Câmara e nas ordenanças. A partir da década de 1740, a ascensão dos nativos mestiços teria se tornado irrefreável¹⁴, e as autoridades metropolitanas oscilaram entre a repressão formal e a indiferença. Segundo Charles Boxer, a legislação que impedia os mestiços de ocuparem cargos públicos foi inútil, pois era “a riqueza e não a cor a permanecer como critério principal”¹⁵. Em 1733, o governador de Minas, Gomes Freire de Andrada, recebeu ordens para fazer um inquérito sigiloso sobre o número de negros e mulatos libertos ocupando postos nas milícias. Uma troca de correspondência entre o governador e a Coroa discutia as vantagens e desvantagens da concessão de alforrias¹⁶. Em 1759, o mesmo governador permitia que os cavaleiros mulatos tivessem o direito de usar espada à cinta¹⁷. Nas recomendações ao seu irmão, que viria a substituí-lo no governo, alertava: “as pessoas, que servem

¹² O problema da ascensão social dos indivíduos mestiços foi tratado por vários historiadores, entre eles : Augusto de Lima Junior, F.Teixeira Salles e Caio C. Boschi. O estudo de Caio C. Boschi, *Os Leigos e o Poder*, analisa o processo e revela as formas de controle e neutralização da “força mestiça”.

¹³ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978. p. 77.

¹⁴ SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1963. pp.36.

¹⁵ BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil*. São Paulo: Cia Nacional, 1969. p. 187.

¹⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. *Os Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p.107.

¹⁷ BOXER, Charles. *Op. cit.* p. 187.

nas Camaras de Minas, são de hierarquia a que os sobe, ou abaixa o seu cabedal”¹⁸. As críticas mais contundentes ficaram expressas nas Cartas Chilenas, nas quais “Critilo” destila todo o seu preconceito em relação à ascensão social dos grupos nativos aos cargos públicos:

“Os postos, Doroteu, aqui se vendem,
E, como as outras drogas que se compram,
Devem daqueles ser, que mais os pagam.”¹⁹

“É também, Doroteu, contra a polícia
Franquearem-se as portas, a que subam
Aos distintos empregos, as pessoas
Que vem de humildes troncos. Os tendeiros,
Mal se vêem capitães, são já fidalgos;”²⁰

Algumas hipóteses quanto à inserção dos nativos na burocracia local foram levantadas pelo historiador Fritz Teixeira Salles. Em seus trabalhos avaliou que a conjuntura de apogeu da extração do ouro, entre 1720 e 1740, teria propiciado a ascensão de novos grupos sociais e, em particular, dos elementos mestiços. O auge da economia mineradora coincidiu com a multiplicação de irmandades e ordens terceiras, as quais, por sua vez, promoveram uma estratificação social calcada na diferenciação étnica. Os pré-requisitos para a admissão nos quadros das associações religiosas eram a origem étnica ou a categoria social dos postulantes. Um caso de litúgio ocorrido entre negros e brancos na Irmandade do Rosário do Alto da Cruz, em 1733, indica o aprofundamento da segmentação étnica naquele período. A Irmandade do Rosário do Alto da Cruz abrigava até então irmãos brancos e negros. Depois do conflito verificou-se a retirada dos irmãos brancos daquela associação que passou a ser uma entidade de negros²¹.

Mapeando as tensões sociais resultantes do processo de estratificação social é possível perceber as dificuldades de vigência das leis portuguesas na colônia. Sua aplicação criava ambigüidades típicas da sociedade escravista e que, no limite, apontam à formação de uma sociedade híbrida de estamentos e classes²².

¹⁸ ANDRADA, Gomes Freire de “Instrução e Norma...”, In: *R.A.P.M.* ano IV, 1899, p.730.

¹⁹ GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. Introdução e notas de Afonso Arinos de Melo Franco, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. p. 210

²⁰ *Op. cit.* p. 250

²¹ SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas noCiclo do Ouro*. Belo Horizonte, p. 34.

²² MELLO E SOUZA, Laura de. *Op. cit.* p. 147. Neste trabalho a historiadora sugere que a especificidade da formação social escravista estaria no fato dela se apresentar definida nos extremos, rigidamente hierarquizada na sua porção superior e inferior, mas mais fluida na camada intermediária.

Na literatura produzida pelas academias literárias mineiras aparecem os indícios dessa discussão em torno dos critérios de estratificação social vigentes. Duas concepções de nobreza surgem constantemente: a típica do Antigo Regime, baseada na tradição jurídica portuguesa, que excluía todos aqueles que não fossem descendentes de portugueses (brancos e católicos); e uma outra, mais ampla, ditada pelos requisitos do mérito pessoal, uma nobreza de espírito que não estaria referenciada na condição de nascimento, mas no talento individual. Alvarenga Peixoto deixou registrado, em versos, a defesa da meritocracia:

“A herdada nobreza
aumenta, mas não dá merecimento,
dos heroes a grandeza
deve-se ao braço, deve-se ao talento;
e assim foi que, acalcando seu destino,
deu leis ao mundo o cidadão de Arpino”²³

Compreender o sentido que adquiriu o privilégio hierárquico na sociedade colonial pressupõe reconhecer a herança da tradição ibérica, na qual, segundo Sérgio Buarque de Holanda, identificamos a existência, complementar e alternada, de um duplo critério: o do privilégio hereditário e o do mérito pessoal. Uma ambivalência cujo efeito mais perverso foi o desencontro entre a realidade e a legalidade. Explicando as mazelas de nossa cidadania, o historiador constatou que, na sociedade brasileira, as hierarquias nunca precisaram ser completamente abolidas para que se instituísse o princípio das competições individuais. Os novos grupos em ascensão jamais precisaram instituir uma nova escala de valores, mas adotaram o modo de agir e pensar das classes aristocráticas²⁴.

Conforme a legislação portuguesa, as festas públicas deveriam seguir um esquema cerimonial rígido. Em 1727, o governador D. Lourenço de Almeida recebia uma carta régia fixando o protocolo de precedência nas cerimônias e funções públicas. Em função de contínuos dissabores, a ordem régia prescrevia a seguinte ordem nas cerimônias públicas: os governadores deviam ficar à direita dos ministros políticos e à esquerda dos oficiais militares; os oficiais deviam assentar-se seguindo-se aos tenentes-generais, “guardando-se nisto a mesma ordem que sempre se praticou nas igrejas”²⁵.

²³ Alvarenga Peixoto “Canto Genetiliaco”. In: *Vida e Obra de Alvarenga Peixoto*, editado por Rodrigues Lapa, Rio de Janeiro, INL/MEC, 1960. p. 26.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1982.

²⁵ Agradeço ao colega Carlos Versiani a cópia do documento que pertence ao *Arquivo Público Mineiro*, códice 7, Ordem régia de 12/02/1727.

Nas instruções de Gomes Freire de Andrada para o governo da capitania recomendava-se o cuidado necessário com as formalidades no tratamento dos eclesiásticos: “fareis entrar cada um por sua vez na casa do docel, sendo preferidos e fazendo-os entrar primeiro, que vós entreis os ecclesiasticos...”²⁶; sugeria inclusive que o corpo da Câmara e os cônegos fossem acompanhados até “a escada e a porta que vai da casa dos tenentes generaes para os subalternos”²⁷. Nas advertências que “Critilo” faz ao despótico governador, o “Fanfarrão Minésio”, ele o acusa pela degradação dos costumes durante as cerimônias públicas:

“Em outro tempo, amigo, os homens sérios
Na rua não andavam sem florete;
Traziam cabeleira grande e branca,
Nas mãos os seus chapéus. Agora, amigo,
Os nossos próprios becas teem cabelo,
Os grandes sem florete vão à missa,
Com a chibata na mão, chapéu fincado,
Na forma em que passeiam os caixeiros.
Ninguém antigamente se sentava
Senão direito e grave, nas cadeiras
Agora as mesmas damas atravessam
As pernas sobre as pernas.(...)
Pois corre, Doroteu, à paridade,
Que os costumes se mudam com os tempos.
Se os antigos fidalgos sempre davam
O seu direito lado a qualquer padre,
Acabou-se esta moda: o nosso chefe
Vindica os seus direitos.”²⁸

Freqüentemente a quebra das regras de etiqueta resultava em conflito jurídico entre as autoridades locais, as quais requeriam a arbitragem real através de petições. A partir de uma perspectiva conservadora, as Cartas Chilenas procuram alertar quanto à necessidade do cuidado com a aparência exterior e comportamento dos governantes. Diz “Critilo”: “O gesto, mais o traje nas pessoas, faz o mesmo que fazem os letrados”²⁹. Em *Memórias do distrito diamantino* Joaquim Felício dos Santos notou que uma das mais aguerridas polêmicas do tempo dizia respeito aos perigos da etiqueta, que deveria ser observada sob pena de incorrer em crime de

²⁶ “Instrução e norma que deu o conde de Bobadela a seu irmão...”, In: *R.A.P.M.*, IV, p. 729.

²⁷ “Instrução e norma que deu o conde de Bobadela a seu irmão...”, *Op.Cit.* p. 732.

²⁸ GONZAGA, Tomaz Antonio. *Cartas Chilenas*, p. 205.

²⁹ GONZAGA, Tomaz Antonio. *Op.Cit.*, p. 15.

lesa-civilidade³⁰. O comportamento em público deveria servir à sinalização das diferenças de classes. Tudo concorria para que a exibição visual se confundisse com a posição na estrutura social. Não sem motivo, uma das reivindicações dos inconfidentes de 1789 era a democratização do uso de sedas e cetins³¹. Nos autos de devassa ficou documentado o desejo de abolir as leis indumentárias:

“(...) que os nobres não haviam de vestir senão das fazendas próprias do paiz, e que os de inferior qualidade vestiriam das que quizessem, e deixava-se-lhes esta liberdade na esperança de que estes seguiriam o exemplo daquelles...”³².

Uma petição dirigida ao Rei, em 1774, assinada pelo provedor da Fazenda juntamente com o ouvidor e o intendente de Vila Rica, registra a acusação de transgressão da lei cerimonial cometida pelo governador Antonio Carlos Furtado de Mendonça, durante a novena de Nossa Sra. da Conceição, realizada na Igreja de Antonio Dias. Segundo o documento, o governador teria determinado a mudança do ritual litúrgico, obrigando o padre a incensar o seu próprio filho, o que rompia com a ordem de precedência tradicional. Os clérigos acusavam o governador de intervir em assuntos de jurisdição exclusiva da Igreja:

“Não obstante aquellas Sagradas determinaçoens de V. Magestade procurou o sobredito governador, com os factos expostos dezattender-nos, e aniquilar o decoro que nos he devido, e isto em hua materia das cerimoniaes da Igreja, em que elle não tem a menor jurisdição, e em senão devera intrometter...”³³.

Os magistrados preocuparam-se em justificar a interrupção das visitas à casa do governador, alegando que o gênio ardente e imoderado do mesmo já teria causado sucessivas “dezações” públicas. Receando os perigos a que se viam expostos com a quebra dos costumes, invocavam inúmeras leis e ordens régias que prescreviam “na forma de estilo” os procedimentos do cerimonial. Consideraram uma transgressão formal da lei o fato de o governador ter tomado o lugar da Câmara diante do pátio nas procissões do Corpo de Deus. As disputas de

³⁰ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 85.

³¹ Em artigo “1789: A Idéia Republicana e o Imaginário das Luzes”, a Profª.Dra. Maria Lúcia Montes mostrou a síntese perversa e paradoxal que as concepções políticas iluministas sofreram em Minas na época da inconfidência. O projeto político dos inconfidentes não ampliava a cidadania. A ilustração à brasileira continuava concebendo a ordenação da vida social e política de forma a que a *diferença* - e não a *igualdade* - parecesse um dado *da natureza*, daí a indistinção entre liberdade e privilégio (texto apresentado no seminário realizado pela Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte, maio de 1992). A nota procura relativizar o impacto das idéias de democratização do vestuário.

³² *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Biblioteca Nacional, 1937. vol. IV, p.171.

³³ “Violencia de um governador” (1774) *R.A.P.M.* vol VI, 1901, pp.185-188.

precedência nos cerimoniais públicos trazem à tona as tensões entre as autoridades metropolitanas e eclesiásticas. Nas Cartas Chilenas encontra-se referência aos “maus modos” do governador em relação ao Bispo:

“Chega enfim o dia suspirado,
O dia do festejo. Todos correm
Com rostos de alegria ao santo templo,
Celebra o velho Bispo a grande missa,
Porem o sábio chefe não lhe assiste
Debaixo do espaldar, ao lado esquerdo:
Para a tribuna sobe e ali se assenta”³⁴

Mesmo não sendo religiosamente cumpridas, as regras de etiqueta eram motivo de preocupação das autoridades. Em 1820, um requerimento enviado à Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino notificava que o Juiz de Fora de Vila Rica teria deixado de observar as regras básicas de etiqueta, abstendo-se de acompanhar o governador e a Câmara até a saída da capela de Nossa Sra. do Carmo durante as festividades³⁵.

* * *

Os documentos apresentados neste trabalho fornecem pistas para a investigação do processo de estratificação social ao longo do século. Como fluidez e hierarquia se articulavam na sociedade mineira setecentista ? Os conflitos em torno das regras de etiqueta nos cerimoniais públicos revelam o processo de ascensão social de grupos nativos. Os critérios da cor, da riqueza e da honra procuravam definir uma estrutura social num meio movediço e em permanente ebulição social.

Reconstruir o universo das regras de etiqueta na sociedade mineira colonial significa compreender a prática cotidiana dessa etiqueta tirana, incumbida de marcar distâncias sociais, diferenciar costumes, regulamentar o porte de jóias de ouro e prata, controlar o uso dos tecidos e das rendas bordadas, induzir o escravo a andar a pé e descalço e fazer com que o branco, mesmo criado, nunca carregasse embrulhos na rua, mas se fizesse seguir por um negro de ganho³⁶.

³⁴ GONZAGA, Tomaz Antonio. *Op.Cit.*, p. 203.

³⁵ R.A.P.M. “Sobre honras a que tem direito nas solemnidades publicas o Governador e Capitão General”. vol IX, pp. 579-580.

³⁶ BASTIDE, Roger. “Estudos Afro-brasileiros” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, xcvi, 1944.